

*Artigo

COMPLIANCE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Compliance ganhou destaque no mundo corporativo para grandes empresas com o caso do “Mensalão” e o advento da Lei Anticorrupção (Lei 12846/13). Ainda é relegada pelas pequenas e médias empresas, sem vislumbrar seus benefícios. Compliance, em termos didáticos, é o conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer. A sua origem foi nos Estados Unidos e teve seu avanço com as Instituições financeiras que objetivava, com o surgimento do Banco Central Americano, a criação de um sistema financeiro mais estável, seguro e adequado às leis, somando-se a isso a promulgação da lei anticorrupção transnacional norte-americana, obrigando as empresas a manter livros e registros que reflitam precisamente as suas transações e a estabelecer um sistema adequado de controles internos. Na atualidade, devido ao número crescente de regulações, os Programas de Compliance de uma Empresa podem abranger inúmeros temas, zelando pelo cumprimento de normas derivadas de diversas áreas do Direito, como antilavagem de dinheiro, controle de exportações, Direito Ambiental e sanções econômicas. E isso vale para as esferas trabalhista, fiscal, contábil, financeira, ambiental, jurídica, previdenciária, ética, etc. Bem como, com adoção de políticas e diretrizes para o negócio. Compliance é um tema que vem sendo muito debatido dentro das grandes corporações, nos últimos anos, especialmente depois que a Lei Anticorrupção, determinou, em seu art. 7º, que serão levados em consideração na aplicação das sanções se há mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. O Decreto 8420/15, que regulamenta a Lei Anticorrupção, faz referência específica às microempresas e empresas de pequeno porte, e prevê que para elas serão reduzidas as formalidades dos parâmetros previstos. Os itens do programa de integridade exigidos para todas as empresas, independentemente do seu porte, são: (i) apoio da alta direção ao programa; (ii) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados e administradores, (iii) treinamentos periódicos sobre o programa; (iv) registros contábeis precisos; (v) controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras; (vi) procedimentos para prevenir fraudes em licitações ou em interações com o poder público, tal como pagamento de tributos e obtenção de licenças, (vii) medidas disciplinares em caso de violação do programa; (viii) procedimentos que assegurem a pronta interrupção de infrações e remediação dos danos causados; e (ix) transparência nas doações para candidatos e partidos. O Decreto deixa claro que nenhuma empresa, por menor que seja, abstenha-se de ter um bom programa de integridade. A empresa que quer ser lucrativa deve atuar de maneira transparente e ética, qualidades que cada vez mais influenciam na reputação do negócio. Portanto, implementar um programa de Compliance em uma empresa de menor porte não implica em grandes investimentos. Não raro é uma questão apenas de investir tempo e dedicação de alguns funcionários para entender, com um suporte jurídico para auxiliá-lo. Para a maioria delas, um código de conduta é um bom início, mas tem de ser algo capaz de transmitir de forma objetiva e clara as regras sobre como todos devem agir em situações que envolvam o relacionamento com o poder público, bem como fornecedores, consumidor, etc. Seja na hora de receber um fiscal, de buscar algum tipo de incentivo fiscal ou de participar de uma licitação, por exemplo. Ao estar em Compliance com as boas práticas e padrões existentes atualmente, a empresa destaca-se e recebe o reconhecimento do mercado. Outros benefícios, além da vantagem competitiva, são: desconto em linhas de crédito, valorização da organização, melhor retorno dos investimentos, entre outros.

Wilker Christi Corrêa
Advogado

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Marcondes - Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tratagem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Maykon H. M. Campos

Guilherme Coutinho

Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

*Curtas

Lixo e entulhos

Para este mês de março, quando comemoramos o Dia Mundial da Água (22), o Diário da Serra está promovendo uma discussão em torno do meio ambiente. A primeira reportagem foi publicada no dia 2 de março, ocasião em que o saneamento básico foi o assunto do dia. Já a segunda da série especial foi publicada nesta quarta-feira, 8, e trouxe à tona um problema que há anos incomoda a população de Tangará – o lixo jogado nas beiras das estradas. Assim como destacado em uma das matérias da reportagem, a Secretaria de Infraestrutura retira mensalmente mais de 200 caminhões de lixo que são jogados pelos moradores. E ontem esse trabalho de limpeza foi realizado na Estrada do Mutum, nas proximidades do Frigorífico Pantanal, onde aproximadamente 40 cargas de lixo foram retiradas. “E o trabalho de limpeza seguirá até o final de semana”, informou o secretário Selton Vieira. “Temos hoje estradas com atoleiros e tivemos que parar e mandar uma equipe para retirar esses lixos, que já estavam bloqueando a passagem no local. Uma situação lamentável”.

Capacitação I

A Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente de Tangará estão promovendo o Curso de Princípios da elaboração de Planos e Projetos Municipais tema do Eixo 3, que compõe o Projeto: Fortalecendo o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capacitação II

Ministrado pela professora Doutora Sílvia Losacco, o curso segue até amanhã, 10. Segundo o secretário Aguinaldo Garrido, esta capacitação continuada servirá para orientar as equipes para o Projeto Prefeito Amigo da Criança e do Selo Unicef. “Com certeza esta capacitação será muito bem aproveitada pelos participantes”.

Nova escola

O governador Pedro Taques e o secretário de Estado de Educação, Marco Marrafon, inauguram nesta quinta, 9, a Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry, localizada no Assentamento Vila Sadia, 70 km de Cáceres. A unidade, que já está funcionando, atende cerca de 450 alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

IPVA

Os contribuintes mato-grossenses que quiserem pagar o IPVA de automóveis com placas final 4 e 5 com desconto de 5% devem fazê-lo até esta sexta-feira, 10. Após esta data, o desconto é de 3% até o dia 20, desde que o pagamento seja feito à vista. Já os que não realizarem o pagamento em cota única poderão parcelar o valor.

*Bastidores da Política

Rombo

O deputado estadual Zeca Viana (PDT) defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar um suposto “rombo” de R\$ 700 milhões no Fundo Previdenciário de Mato Grosso (MT-Prev). O parlamentar se posicionou por conta das declarações do governador Pedro Taques, que alfinetou a criação da CPI.

Medo

Para Zeca, o governador está “com medo” da criação da comissão. “O governador Pedro Taques deveria aplaudir na hora que falamos em abrir a CPI do MT-Prev. Se ele é um governador sério, transparente, honesto, para que ter medo de uma CPI? Ou será que ele só é sério, só é honesto da boca para fora?”.

Pró-Família

Os deputados mato-grossenses aprovaram em primeira votação o projeto de lei que prevê a criação do programa “Pró-Família”, idealizado para dar assistência a 35 mil famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Agora, o texto será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, antes de retornar ao plenário.

Auxílio

O projeto de lei foi aprovado com duas emendas. Uma delas se refere ao valor repassado ao beneficiário, que, conforme a mensagem do governo, deveria ser de R\$ 100 para a compra de alimentos in natura, sendo proibida a aquisição de bebida alcoólica, produtos à base de tabaco, combustíveis e cosméticos.

Mudança

A primeira emenda substitutiva altera o valor a ser repassado ao beneficiário para 80% do valor a UPF, atualmente equivalente a R\$ 128,67. Neste caso, o repasse seria de R\$ 102 por família. A outra emenda acrescenta mais um critério de prioridade para a inclusão das famílias, que seria o combate ao mosquito Aedes aegypti.

Programa

Com um custo anual estimado em R\$ 60 milhões, o programa prevê o pagamento de um benefício mensal a cada família inscrita no programa. Conforme consta no projeto, as famílias beneficiadas deverão ser aquelas que vivem com uma renda familiar per capita (por pessoa) inferior a um terço do salário-mínimo vigente.

Cartão Acessibilidade

A Comissão de Direitos Humanos da AL aprovou a criação, em Mato Grosso, do Cartão Acessibilidade para as pessoas com deficiência. Ele vai simplificar o acesso aos serviços públicos estaduais e deve ser solicitado com laudo médico emitido por órgão público até 60 dias antes, com identificação do CID atestando a deficiência.

Validade

O Cartão Acessibilidade será válido por dois anos – contados da data de sua emissão – e deverá ser renovado tão logo esteja vencido. Para tanto, a pessoa com deficiência deverá apresentar identidade, CPF, comprovante de endereço e o laudo médico emitido por órgão público, com CID, atestando a deficiência.

Governador lança pavimentação e entrega maquinários

Em visita ao município de Pontes e Lacerda o governador Pedro Taques entregou os maquinários que serão usados na manutenção da popular Estrada do Matão (MT-473). Ele também autorizou o lançamento do edital de licitação para pavimentação dos primeiros 7 km da rodovia. As menos quatro mil pessoas serão beneficiadas diretamente com as obras executadas pelo Governo de Mato Grosso. Taques também anunciou que a Secretaria de Estado das Cidades vai liberar cerca de R\$ 1 milhão para pavimentação em Pontes e Lacerda. Anunciou ainda a destinação de uma área próxima da Unemat para a construção de um distrito industrial da cidade.